



EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, TEORIA EDUCACIONAL E TEORIA DEMOCRÁTICA: elementos para uma atribuição de sentido político ao que se ensina na escola

*Maria Rafaella Costa Campos, Ewerton Colsani, GILMARA TEREZINHA DA SILVA, Letícia dos Santos,
Juscilene Maria Soares, Rodrigo Mioto dos Santos*

Direito - Direitos Especiais

Os últimos anos trouxeram para o debate público um movimento político intitulado “escola sem partido”, que no essencial defende a tese de que o professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias. Paralelamente e entrelaçado a tal movimento, surge a crítica ao que se convencionou denominar de “ideologia de gênero”, que seria algo como uma doutrinação de crianças e adolescentes em conceitos que contrariariam as visões de mundo dos idealizadores da crítica. Ocorre que a Constituição brasileira de 1988 estabelece não apenas a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” (art. 206, II), mas também o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (art. 206, III), além de haver em nosso País todo um arcabouço normativo, que podemos dizer centrado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que conclama os educadores a trabalharem questões sensíveis dos Direitos Humanos e, portanto, da democracia. Ou seja, a pesquisa partiu da constatação de que há elementos normativos que obrigam a uma educação democraticamente engajada e embasada nos direitos humanos, o que envolveria, sim, o ingresso da escola em temas sensíveis do plano dos Direitos. Nesse sentido, a proposta formulou o seguinte problema de pesquisa: em que medida o arcabouço normativo referente à Educação em Direitos Humanos aponta para a necessidade, em um contexto de aproximação entre teoria democrática e teoria educação, de uma escola política e democraticamente comprometida? Para responder a essa questão, delimitou-se três grandes fases pautadas no método dedutivo: (a) identificação da concepção de educação em direitos humanos dada pelos marcos teóricos nacionais e internacionais; (b) o resgate histórico-teórico sobre o afastamento entre teoria democrática e teoria educacional (c) a densificação da educação em direitos humanos como elemento-chave de reaproximação entre teoria educacional e teoria democrática. A pesquisa se desenvolveu inicialmente com uma detida análise dos marcos legais (nacionais e internacionais) referentes à educação em direitos humanos e a uma síntese que deles extraísse a essência (ou elementos-chaves) da educação em direitos humanos. Esse trabalho foi conectado a normas constitucionais, gerando uma explicitação do dever normativo de educar em direitos humanos como elemento central do próprio direito à educação. Em seguida, mostrou-se como – no campo da subjetividade e da ação política – movimentos como “escola sem partido” e os críticos da “ideologia de gênero” situam-se no contexto de ataque aos avanços normativos ocorridos no Brasil pós-1988 em matéria de educação para a democracia, em um nítido processo de tentativa de retorno a uma educação conservadora, quando não reacionária. Por fim, a partir da análise de



que teoria democrática e teoria educacional sofreram um afastamento na primeira metade do século XX, a pesquisa defende que é a educação em direitos humanos – por meio de todo o arcabouço normativo e teórico construído da segunda metade do século XX em diante, especialmente após a Conferência de Viena – que as reaproxima, exigindo uma educação democrática, que tem no preparo para o exercício da cidadania um de seus principais vetores, e que faz dos direitos humanos e dos direitos fundamentais elementos centrais e do processo de formação de crianças, adolescentes, jovens e adultos, colocando na inconstitucionalidade todo e qualquer processo educativo formal que não se centre em uma educação material voltada para os direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em direitos humanos; Teoria democrática; Teoria educacional

Apoio: Programa de Bolsas de Pesquisa do UNIEDU/Governo de Santa Catarina e UNIVALI